

CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABaixo.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os dados transcritos acima estão corretos e se estão corretamente registrados na sua **Folha de Respostas**. Confira também os dados em cada página numerada deste caderno de provas (desconsidere estas instruções, caso se trate de caderno de provas reserva). Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua **Folha de Respostas**, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos dados apresentados, solicite, de imediato, ao(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a) que tome as providências necessárias.
- 2 Durante a realização das provas, não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem autorização de um(a) dos(as) aplicadores(as) de provas.
- 3 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da **Folha de Respostas**.
- 4 Ao terminar as provas, chame o(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a), devolva-lhe a sua **Folha de Respostas** e deixe o local de provas.
- 5 Nenhuma folha deste caderno pode ser levada para fora, exceto a **Folha de Respostas**, cujo cabeçalho será destacado pelo(a) chefe de sala ao final das provas, para fins de desidentificação.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na **Folha de Respostas** implicará a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES

- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.
- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de **PREENCHER GABARITO**, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

simulados.coordenacao@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2410106440M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

10º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Tribunal Superior Eleitoral + Tribunal Regional Eleitoral
TSE + TRE

CARGO:

Analista Judiciário - Área Judiciária

MODELO/BANCA:

Cebraspe

EDITAL:

Pós-Edital

DATA DE APLICAÇÃO:

10/2024

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

10/2024

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

TSE + TRES (CONCURSO UNIFICADO) – 10º SIMULADO - CARGO 18: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA: JUDICIÁRIA (PÓS-EDITAL)

Língua Portuguesa

Fidelis Almeida

Texto I

1 Quando falamos de progresso em relação às nossas realizações pessoais ou de qualquer atividade humana organizada, entendemos um avanço em direção a uma meta conhecida. Não é neste sentido que podemos chamar de progresso a evolução social, pois ela não é realizada pela razão humana empenhada em alcançar um fim certo por meios conhecidos. Seria mais correto conceber o progresso como um processo de formação e modificação do intelecto humano, um processo de adaptação e de aprendizado, no qual não somente as possibilidades que conhecemos mas também os nossos valores e desejos mudam continuamente. Como o progresso consiste na descoberta de fatos ainda não conhecidos, suas consequências são necessariamente imprevisíveis. Ele sempre leva ao desconhecido e o máximo que podemos esperar é entender as forças que o tornam possível. Porém, embora uma compreensão geral do caráter desse processo de evolução cumulativa seja indispensável à criação de condições favoráveis a ele, nunca poderemos fazer previsões específicas mediante o conhecimento. É absurda a ideia de que nosso conhecimento nos permite deduzir leis necessárias de evolução às quais deveríamos obedecer. A razão humana não pode predizer nem moldar seu próprio futuro. Suas conquistas consistem em descobrir seus erros.

Mesmo no campo em que é mais deliberada a procura de novos conhecimentos, isto é, na ciência, ninguém pode prever quais serão as consequências de sua investigação. De fato, cada vez mais o homem se dá conta de que até a tentativa de fazer com que a ciência busque conhecimentos úteis – isto é, conhecimentos cujo emprego futuro possa ser previsto – provavelmente constitui um obstáculo ao progresso. O progresso, por sua própria natureza, não pode ser planejado. Seria, talvez, justificável falar em planejar o progresso em um campo determinado no qual pretendemos a solução de um problema específico e já nos encontramos perto de uma resposta, mas chegaríamos logo ao fim de nossos esforços se tivéssemos de nos limitar a lutar por objetivos visíveis em dado momento e se novos problemas não estivessem surgindo sempre. O que nos torna mais sábios é a descoberta do desconhecido.

HAYEK, Friedrich A. *Os fundamentos da liberdade*. Supervisão e introdução de Henry Maksud. Tradução de Anna Maria Capovilla e José Ítalo Stelle. São Paulo: Editora Visão, 1983. (com adaptações)

Acerca das ideias e da organização discursiva do texto I, julgue os itens subsequentes.

- 1 O texto argumenta que a evolução social e o progresso técnico são processos idênticos, ambos orientados por metas claras e específicas.
- 2 A visão do autor sobre a imprevisibilidade do progresso é sustentada pela ideia de que a própria ciência, mesmo quando orientada por objetivos específicos, gera resultados que extrapolam as expectativas iniciais.

- 3 A impossibilidade de estabelecer leis que regulem a evolução social se fundamenta, no texto, na falta de consenso sobre o que constitui um progresso verdadeiro.
- 4 O autor defende que o progresso social se caracteriza por ser uma especificidade espontânea, no qual os valores e metas não são previamente estabelecidos pela razão humana.
- 5 Conforme o texto, a razão humana, ao tentar antecipar as leis que regem a evolução, inibe a própria adaptação do intelecto às novas situações.
- 6 A ciência, segundo o autor, só contribui para o progresso quando orientada por metas de aplicação prática.
- 7 O conceito de progresso, conforme descrito no texto, depende da capacidade humana de controlar as forças que direcionam o desenvolvimento social.
- 8 O autor sugere que a busca pela sabedoria está mais vinculada à capacidade de aprendizagem com o inesperado do que da obtenção de resultados previsíveis.
- 9 Embora o texto discorra sobre o conceito de progresso e apresente uma análise crítica quanto à previsibilidade e controle desse fenômeno, ele pode ser classificado como expositivo, pois não defende explicitamente um ponto de vista.

No que se refere aos aspectos linguísticos do texto I, julgue os itens a seguir.

- 10 No trecho “em relação às nossas realizações pessoais” (primeiro período do primeiro parágrafo), a supressão do sinal indicativo de crase preservaria a correção gramatical do texto, uma vez que seu emprego é facultativo diante de pronome possessivo feminino.
- 11 A oração “Como o progresso consiste na descoberta de fatos” (quarto período do primeiro parágrafo) apresenta valor comparativo.
- 12 No primeiro período do segundo parágrafo, o vocábulo “deliberada” significa **intencional**.
- 13 No antepenúltimo período do primeiro parágrafo, dada a regência variável de “obedecer”, seria gramaticalmente correta a reescrita de “às quais deveríamos obedecer” como **as quais deveríamos obedecer**.
- 14 No sexto período do primeiro parágrafo, o emprego da vírgula logo após “ele” é facultativo.
- 15 No texto, os vocábulos “consequências” e “imprevisíveis” são graficamente acentuados segundo a mesma regra.
- 16 No penúltimo período do segundo parágrafo, a forma verbal “Seria” expressa a ideia de hipótese.

- 17 O sentido do sexto período do primeiro parágrafo seria preservado se a conjunção “embora” fosse substituída por **conquanto**.

Texto II

1 Humanos e máquinas poderão se fundir tão completamente que os humanos não serão capazes de sobreviver se estiverem desconectados da rede. Estarão conectados desde o útero, e, se em algum momento da vida você optar por se desconectar, as companhias de seguro talvez se recusem a lhe fazer um seguro de vida, empregadores talvez se recusem a empregá-lo, e serviços de saúde talvez se recusem a cuidar de você. Na grande batalha entre saúde e privacidade, a saúde provavelmente vencerá sem muito esforço.

10 À medida que, através de sensores biométricos, cada vez mais dados fluírem de seu corpo e seu cérebro para máquinas inteligentes, será fácil para corporações e agências do governo conhecer você, manipular você e tomar decisões por você. Mais importante ainda, eles serão capazes de decifrar os mecanismos profundos de todos os corpos e cérebros, e com isso adquirir o poder de fazer a engenharia da vida. Se quisermos evitar que uma pequena elite monopolize esses poderes, que parecem divinos, e se quisermos impedir que a humanidade se fragmente em castas biológicas, a questão-chave é: quem é dono dos dados? Os dados de meu DNA, meu cérebro e minha vida pertencem a mim, ao governo, a uma corporação ou ao coletivo humano?

20 Obrigar os governos a nacionalizar os dados provavelmente restringir o poder das grandes corporações, mas também pode resultar em assustadoras ditaduras digitais. Os políticos são um pouco como músicos, e o instrumento que eles tocam é o sistema emocional e bioquímico humano. Eles fazem um discurso — e há uma onda de medo no país. Eles escrevem uma mensagem no Twitter, e há uma explosão de ódio. Não acho que deveríamos dar a esses músicos um instrumento mais sofisticado para eles tocarem. Quando políticos forem capazes de manipular nossas emoções, provocando, segundo sua vontade, ansiedade, ódio, alegria e tédio, a política se tornará um mero circo emocional. Por mais que devamos temer o poder das grandes corporações, a história sugere que não estaríamos necessariamente melhor nas mãos de governos superpoderosos.

HARARI, Yuval Noah. **21 lições para o século 21**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. (com adaptações)

Os itens a seguir são relativos às ideias do texto II. Julgue-os.

- 18 Infere-se do texto que, ao ampliar o acesso a dados biométricos por máquinas inteligentes, os mecanismos de controle sobre o comportamento humano se tornarão tão sofisticados que a autonomia individual será completamente suprimida.
- 19 O texto sugere que a privacidade será o principal valor a ser preservado, mesmo em detrimento da saúde e da segurança.
- 20 O texto defende que, para evitar monopólios de poder sobre os dados, o controle desses dados deve ser entregue aos governos, que são instituições mais confiáveis do que corporações.
- 21 O texto sugere que o controle total dos dados por uma pequena elite pode resultar na divisão da humanidade em grupos biológicos hierarquizados, com acesso diferenciado a benefícios tecnológicos.

- 22 Ao afirmar que a razão humana não é capaz de prever seu próprio futuro, o autor implica que qualquer tentativa de planejamento de uso de dados digitais está fadada ao fracasso.

23 A nacionalização dos dados pelo governo, conforme exposto no texto, poderia impedir que grandes corporações dominassem os dados pessoais, mas também criaria o risco de manipulação emocional em massa por parte dos políticos.

24 O autor afirma que a capacidade dos governos de controlar os dados pessoais impediria a manipulação emocional, mantendo a supervisão do processo político.

25 Segundo o texto, mesmo que o controle dos dados seja desligado pelas grandes corporações, isso não evitará o risco de manipulação emocional e controle social.

Em relação aos aspectos linguísticos do texto II, julgue os itens subsequentes.

26 No último período do primeiro parágrafo, o vocábulo “muito” funciona como advérbio.

27 No último período do terceiro parágrafo, a oração “Por mais que devamos temer o poder das grandes corporações” indica relação de concessão.

28 No primeiro período do primeiro parágrafo, o vocábulo “que” retoma “máquinas”.

29 No último período do terceiro parágrafo, o emprego da vírgula logo após “corporações” é facultativo.

30 O pronome “eles” (segundo período do segundo parágrafo) retoma “dados” (primeiro período do segundo parágrafo).

31 Seria preservada a correção gramatical caso o segmento “a política se tornará” (penúltimo período do terceiro parágrafo) fosse reescrito **a política tornar-se-á**.

32 O termo “tão” (primeiro período do primeiro parágrafo) desempenha, na oração a que pertence, a mesma função sintática que o termo “de seu corpo e seu cérebro” (primeiro período do segundo parágrafo).

33 No penúltimo período do segundo parágrafo, a forma verbal “parecem” concorda no plural com seu sujeito “esses poderes”.

34 Seria preservada a correção gramatical e a coerência do texto caso o segundo período do terceiro parágrafo fosse reescrito **Os políticos são um pouco como músicos que tocam o sistema emocional e bioquímico humano**.

Texto III

1 Não, nunca me acontecem milagres. Ouço falar, e às vezes
isso me basta como esperança. Mas também me revolta: por que
não a mim? Por que só de ouvir falar? Pois já cheguei a ouvir con-
versas assim, sobre milagres: “Avisou-me que, ao ser dita determi-
5 nada palavra, um objeto de estimação se quebraria.” Meus objetos
se quebram banalmente e pelas mãos das empregadas. Até que fui
obrigada a chegar à conclusão de que sou daqueles que rolam pe-
dras durante séculos, e não daqueles para os quais os seixos já vêm
prontos, polidos e brancos. Bem que tenho visões fugitivas antes de
10 adormecer – seria milagre? Mas já me foi tranquilamente explicado
que isso até nome tem: cidetismo, capacidade de projetar no campo
alucinatório as imagens inconscientes.

Milagre, não. Mas as coincidências. Vivo de coincidências,
vivo de linhas que incidem uma na outra e se cruzam e no cruza-
15 mento formam um leve e instantâneo ponto, tão leve e instantâneo
que mais é feito de pudor e segredo: mal eu falasse nele, já estaria
falando em nada.

Mas tenho um milagre, sim. O milagre das folhas. Estou an-
dando pela rua e do vento me cai uma folha exatamente nos cabel-
20 los. A incidência da linha de milhões de folhas transformadas em
uma única, e de milhões de pessoas a incidência de reduzi-las a
mim. Isso me acontece tantas vezes que passei a me considerar mo-
destamente a escolhida das folhas. Com gestos furtivos tiro a folha
dos cabelos e guardo-a na bolsa, como o mais diminuto diamante.
25 Até que um dia, abrindo a bolsa, encontro entre os objetos a folha
seca, engelhada, morta. Jogo-a fora: não me interessa fetiche morto
como lembrança. E também porque sei que novas folhas coincidi-
rão comigo.

Um dia uma folha me bateu nos cílios. Achei Deus de uma
30 grande delicadeza.

LISPECTOR, Clarice. **O milagre das folhas**. In: SANTOS, Joaquim Ferreira dos (org.).
As cem melhores crônicas brasileiras. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

Em relação às ideias apresentadas no texto III, julgue os itens seguintes.

- 35 A relação estabelecida entre o “milagre das folhas” e o conceito de
coincidência, segundo a perspectiva da narradora, demonstra que
ela interpreta eventos triviais como manifestações extraordinárias,
sem considerar eventos sobrenaturais.
- 36 Ao mencionar que “Meus objetos se quebram banalmente e pelas
mãos das empregadas”, a narradora sugere que sua existência coti-
diana é repleta de frustrações relacionadas à sua expectativa de
vivenciar algo grandioso.
- 37 O uso da expressão “daqueles para os quais os seixos já vêm prontos,
polidos e brancos” evidencia que a narradora acredita que há
pessoas naturalmente mais predispostas a vivenciar coincidências e
eventos significativos, independentemente de sua própria atuação.
- 38 A referência a “linhas que incidem uma na outra e se cruzam” mos-
tra que, para a narradora, as coincidências são interpretações subje-
tivas e não possuem valor intrínseco fora de sua própria percepção.

39 Ao mencionar a palavra “cidetismo”, o texto sugere que as expli-
cações científicas demonstram o valor simbólico de eventos des-
necessários e representam uma tentativa de retirar o significado
mágico que a narradora desejava encontrar.

40 No trecho “não me interessa fetiche morto como lembrança”, a nar-
radora revela que a materialização de um símbolo não possui valor
por si só, mas depende de sua conexão com o momento em que a
coincidência ocorre.

Acerca dos aspectos linguísticos do texto III, julgue os itens subsequentes.

41 O texto pertence ao gênero crônica, uma vez que se caracteriza por
uma linguagem leve e subjetiva, descrevendo cenas cotidianas com
um toque de lirismo e reflexão.

42 As orações “que mais é feito de pudor e segredo” (último período
do segundo parágrafo) e “que passei a me considerar modestamen-
te” (quarto período do terceiro parágrafo) apresentam a mesma no-
ção de consequência.

43 No sexto período do terceiro parágrafo, o vocábulo “engelhada”
significa **amassada**.

44 No terceiro período do primeiro parágrafo e no penúltimo período
do terceiro parágrafo, o emprego do sinal de dois-pontos justifica-
-se pela mesma razão.

45 Em “chegar à conclusão” (sétimo período do primeiro parágrafo), o
emprego do sinal indicativo de crase é facultativo.

46 As orações do trecho “Com gestos furtivos tiro a folha dos cabelos
e guardo-a na bolsa”, (quinto período do terceiro parágrafo) ligam-
-se por coordenação sintática.

47 O pronome “Isso” (quarto período do terceiro parágrafo) reto-
ma “Mas tenho um milagre, sim” (primeiro período do terceiro
parágrafo).

48 Seria preservada a correção gramatical e o sentido original do texto
caso o sexto período do primeiro parágrafo fosse reescrito **Meus
objetos se quebram banalmente pelas mãos das empregadas**.

49 No sexto período do terceiro parágrafo, as vírgulas que separam a
oração “abrindo a bolsa” são de emprego facultativo.

50 No texto a forma verbal “cai” (segundo período do terceiro parágra-
fo) indica ação repetitiva.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Constitucional

Ricardo Blanco

- 51** Aos originários de língua portuguesa com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos nesta Constituição.
- 52** A lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos nesta Constituição.
- 53** Não podem alistar-se como eleitores os analfabetos e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.
- 54** São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o quarto grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.
- 55** A dissolução da sociedade conjugal, no curso do mandato, não afasta a inelegibilidade prevista no art. 14, § 7º, da CF. Se a separação judicial ocorrer em meio à gestão do titular do cargo que gera a vedação, o vínculo de parentesco, para os fins de inelegibilidade, persiste até o término do mandato, inviabilizando a candidatura do ex-cônjuge ao pleito subsequente, na mesma circunscrição, mesmo que aquele se desincompatibilize seis meses antes das eleições.
- 56** A definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento são da competência legislativa privativa do Estado.
- 57** É constitucional — por não violar a competência privativa da União para legislar sobre direito civil e política de seguros (CF/1988, art. 22, I e VII) a lei estadual que dispõe acerca das diretrizes para a solicitação de exames laboratoriais para acompanhamento dietoterápico por nutricionista com cobertura obrigatória pelas operadoras de planos de saúde.
- 58** A jurisprudência da CORTE é pacífica no sentido de que a garantia constitucional da imunidade parlamentar material somente incide no caso de as manifestações guardarem conexão com o desempenho da função legislativa ou que sejam proferidas em razão desta; não sendo possível utilizá-la como verdadeiro escudo protetivo para a prática de atividades ilícitas. As condutas praticadas pelo parlamentar que foram perpetradas em âmbito virtual, por meio da publicação e divulgação de vídeos em mídia digital ("YouTube") durante todo o dia, com constante interação dele, situação que configura crime permanente enquanto disponível ao acesso de todos, ainda que por curto espaço de tempo, permitindo a prisão em flagrante do agente.
- 59** A competência do Supremo Tribunal Federal para julgar um Deputado Federal, considerada prática de crime comum, pressupõe delito cometido no exercício do mandato e a este, de alguma forma, ligado.

- 60** O Poder Judiciário dispõe de competência para impor aos parlamentares, por autoridade própria, as medidas cautelares a que se refere o art. 319 do CPP, seja em substituição de prisão em flagrante delito por crime inafiançável, por constituírem medidas individuais e específicas menos gravosas; seja autonomamente, em circunstâncias de excepcional gravidade. Os autos da prisão em flagrante delito por crime inafiançável ou a decisão judicial de imposição de medidas cautelares que impossibilitem, direta ou indiretamente, o pleno e regular exercício do mandato parlamentar e de suas funções legislativas, serão remetidos dentro de 24 horas a Casa respectiva, nos termos do § 2º do art. 53 da CF para que, pelo voto secreto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão ou a medida cautelar.

Direito Administrativo

Raphael Spere

Acerca da Organização da Administração Pública Brasileira, julgue as assertivas a seguir.

- 61** A desconcentração de competências é a técnica de distribuição de competências reservada à criação de órgãos das entidades federadas.
- 62** Apesar de receberem verbas públicas e estarem sujeitos ao controle dos tribunais de contas, os serviços sociais autônomos não são entidades da administração pública formal.
- 63** Autarquia é a pessoa jurídica de direito público constituída por lei específica para o desempenho de atividades típicas de administração.

Julgue as afirmativas a seguir sobre o regime jurídico administrativo dos poderes e atos administrativos.

- 64** Determinados atos administrativos, como as certidões, além de presunção de legitimidade, destacam-se por apresentarem presunção de veracidade dos fatos que narram.
- 65** Caberá à administração pública, conforma oportunidade e conveniência, anular os atos administrativos que apresentarem vícios insanáveis.
- 66** A aplicação de medida sancionatória a detento que tenha incorrido em infração ao longo do cumprimento da pena de reclusão em sistema prisional e a suspensão de servidor público do Rio de Janeiro que tenha praticado falta em razão de seu cargo representam, respectivamente, o exercício do poder administrativo de polícia e disciplinar.

Tomando como base as disposições contidas na Lei n. 9.784/1999 e na Lei n. 8.429/1992, julgue.

- 67** O interessado que desejar interpor recurso administrativo contra decisão que lhe tenha denegado o gozo de um direito deverá fazê-lo junto a mesma autoridade que proferiu a decisão impugnada, que terá 10 dias para reconsideração.

68 Antunes, servidor público da Vara de Família do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, revelou dolosamente fato de que tinha ciência em razão das atribuições e que deveria permanecer em segredo, divulgando-o em sua rede social. Essa conduta propiciou beneficiamento de Antunes, tendo em vista que ganhou novos seguidores, mas não colocou em risco a segurança da sociedade e do Estado. **Assertiva:** Segundo a Lei n. 8.429/1992 - Lei Geral de Improbidade Administrativa, Antunes poderá responder por ato de improbidade administrativa que atenta contra princípios, na medida em que a aludida conduta consta expressa no rol taxativo de atos de improbidade administrativa, cabendo a aplicação de multa de até 24 vezes sua remuneração.

A respeito das normas contidas na Lei n. 14.133/2021 - Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos e na Lei n. 8.987/1995 - Lei Geral de Concessões e Permissões de Serviços Públicos, julgue as afirmativas a seguir.

69 No caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá indicar uma ou mais marcas ou modelos, desde que formalmente justificado, em decorrência da necessidade de padronização do objeto, mas será ilegal vedar a contratação de marca ou produto, por afrontar o princípio da competitividade.

70 Em uma licitação para celebração de um contrato de concessão de serviço público, poderá ser considerado no julgamento o menor valor da tarifa do serviço público a ser prestado ou a melhor proposta técnica, com preço fixado no edital.

Direito Eleitoral

Odair José

De acordo com a Constituição Federal, “os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao Erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível”. Acerca do *ato doloso de improbidade administrativa* que importe lesão ao patrimônio público e *enriquecimento ilícito*, julgue o item a seguir nos termos da disciplina constitucional e da lei das inelegibilidades.

71 A suspensão dos direitos ocorrerá apenas com o trânsito em julgado da sentença condenatória, mas a inelegibilidade se processará a partir da condenação por órgão judicial colegiado.

Texto para resolução das questões 72, 73 e 74:

João é eleitor, Maria é candidata a vereadora e Caio é fiscal de partido. Faltam dez dias para as eleições municipais. Contra João foi expedido mandado de prisão em razão de inadimplência de alimentos. Contra Maria há mandado de prisão temporária em razão da abertura de inquérito policial pela prática de extorsão. Contra Caio foi expedido mandado de prisão preventiva pela prática de violência doméstica.

Julgue o item a seguir nos termos da legislação eleitoral em vigor.

72 João não poderá ser preso dada a proximidade das eleições municipais.

Julgue o item a seguir nos termos da Lei n. 4.737/1965.

73 Por ser candidata a vereadora e dada a proximidade das eleições municipais, Maria não poderá ser presa.

74 Dada a gravidade do crime cometido, o mandado de prisão contra Caio não viola a lei eleitoral.

Nos termos da legislação eleitoral e da jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral, julgue o item a seguir.

75 Eleitor não dispõe de legitimidade ativa para abertura de ação de investigação judicial eleitoral.

Nos termos da Lei Eleitoral, julgue o item a seguir.

76 A prática de boca de urna no dia da eleição é punível com pena de detenção de até seis meses.

Nos termos da Lei das Eleições, julgue o item a seguir.

77 O horário gratuito no rádio e na televisão, para o primeiro turno das eleições, ocorrerá no período de trinta e cinco dias anteriores à antevéspera da eleição.

Nos termos da Constituição Federal, os partidos políticos gozam de autonomia, podendo definir critérios de distribuição dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, bem como a distribuição do horário gratuito no rádio e na televisão. Nos termos do que estabelece a Constituição Federal acerca da autonomia partidária, bem como a jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral, julgue o item a seguir.

78 Na distribuição do tempo de propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão, os partidos políticos devem-se observar os percentuais mínimos de candidatura por gênero, nos termos do art. 10, § 3º, da Lei das Eleições.

De acordo com a Lei das Eleições, os horários reservados à propaganda de cada eleição, serão distribuídos entre todos os partidos e coligações que tenham candidato. Sobre esse tema, julgue o item a seguir.

79 Os critérios de distribuição do tempo de propaganda eleitoral no rádio e na televisão entre os partidos serão de 80% (oitenta por cento) proporcional ao número de deputados federais e os outros 20% (vinte por cento) igualmente entre todos os partidos.

De acordo com a Lei das Eleições, constitui crime, punível com reclusão, de cinco a dez anos: causar, propositadamente, dano físico ao equipamento usado na votação ou na totalização de votos ou a suas partes. Sobre esse tema, julgue o item a seguir nos termos da Jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral.

80 Aplica-se o princípio da insignificância em se tratando de dano de menor potencial ofensivo, ainda que seja contra serviço essencial.

Texto para resolução das questões 81, 82 e 83.

Mévio está no segundo mandato de prefeito da cidade Alfa, que fora desmembrada para criação do município Delta no pleito anterior. Para evitar a inelegibilidade reflexa, no prazo legal, Mévio se desincompatibilizou em definitivo do seu cargo a fim de que seu filho, Maurício, e sua esposa, a sra. Florinda, possam se candidatar nas próximas eleições aos cargos de vereador e prefeita, respectivamente, no município Delta.

Com base nas informações dispostas no texto acima, nos termos da legislação e jurisprudência eleitoral em vigor, julgue o item a seguir.

81 Não há óbice à candidatura de Florinda no município Delta.

Com base nas informações dispostas no texto, nos termos da legislação e jurisprudência eleitoral em vigor, julgue o item a seguir.

82 Não há óbice à candidatura de Maurício para o cargo de vereador do município Delta.

Com base nas informações dispostas no texto, nos termos da legislação e jurisprudência eleitoral em vigor, julgue o item a seguir.

83 As candidaturas de Maurício e de Florinda no município Delta somente são possíveis em razão da desincompatibilização de Mévio.

Nos termos da Constituição Federal e da jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral, julgue o item a seguir.

84 A suspensão dos direitos políticos é efeito automático da condenação criminal transitada em julgado, independentemente de declaração expressa ou de qualquer outro procedimento.

De acordo com a Lei das Inelegibilidades, caberá a qualquer candidato, a partido político, coligação ou ao Ministério Público, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação do pedido de registro de candidato, impugná-lo em petição fundamentada.

Sobre esse tema, nos termos da jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral, julgue o item a seguir.

85 A impugnação ajuizada antes da publicação do edital alusivo ao registro é tempestiva, quando evidenciada a ciência prévia da candidatura pelo impugnante.

Nos termos da legislação e da jurisprudência eleitoral em vigor, julgue o item a seguir.

86 Eleitor possui legitimidade para recorrer de decisão que defere registro de candidatura, desde que a ação judicial tenha sido resultante de notícia de inelegibilidade por ele apresentada perante o juiz eleitoral competente.

Nos termos do Código Eleitoral, o recurso contra expedição de diploma caberá somente nos casos de inelegibilidade superveniente ou de natureza constitucional e de falta de condição de elegibilidade.

Sobre esse tema, julgue o item a seguir.

87 O Juiz Eleitoral não é competente para processar e julgar originariamente o recurso contra a expedição, uma vez que essa ação tem natureza recursal.

Preceitua o art. 302 do Código Eleitoral que:

Promover, no dia da eleição, com o fim de impedir, embaraçar ou fraudar o exercício do voto a concentração de eleitores, sob qualquer forma, inclusive o fornecimento gratuito de alimento e transporte coletivo:

Pena – reclusão de quatro (4) a seis (6) anos e pagamento de 200 a 300 dias-multa.

Sobre esse tema, julgue o item a seguir.

88 Como não há pena mínima determinada, ficará a cargo do juiz a sua definição, respeitados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

Flávia, prefeita do município Beta, falsificou documento de desincompatibilização da servidora municipal Helena com o fim de registro de sua candidatura para o cargo de deputada estadual.

A partir da narrativa acima, julgue o item a seguir nos termos da legislação e jurisprudência eleitoral em vigor.

89 Ainda que se trate de crime comum, Flávia deverá ser julgada pelo Tribunal Regional Eleitoral.

Nos termos da Lei Orgânica dos Partidos e da jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral, julgue o item a seguir.

90 Perderá o mandato o parlamentar, eleito pelo sistema proporcional, que se desviar reiteradamente do programa do partido quando do exercício do seu mandato.

Direito Civil

Marcelo Macintyre

- 91** As normas processuais civis facultam às partes refazer os atos praticados.
- 92** A competência absoluta do foro modifica-se pelo critério da prevenção na hipótese de imóvel situado em mais uma comarca.
- 93** O juiz não pode decidir com base em fundamento a respeito do qual não tenha sido dada oportunidade de manifestação às partes, ressalvado o caso de matéria que deva decidir de ofício.
- 94** Quando o sistema processual permite a adequação do número de litisconsortes no processo, por decisão fundamentada do Juiz, essa norma aplica-se ao litisconsórcio unitário.
- 95** Se numa ação de reparação de danos há litisconsórcio de cinco autores idosos representados por um único procurador e, em litisconsórcio passivo, figuram duas empresas com procuradores distintos, o prazo para os autores e as rés recorrerem será, respectivamente, o previsto em lei para os autores e em dobro para as rés.
- 96** Há litisconsórcio unitário quando cada litisconsorte tiver o direito de promover o andamento do processo, devendo todos ser intimados dos respectivos atos.
- 97** É admissível nas ações civis públicas ambientais, além do pedido de abstenção de determinada atividade lesiva ao meio ambiente, a condenação cumulativa por danos morais e materiais ambientais.
- 98** Em relação à ação civil pública, é correto afirmar que o CRM possui legitimidade ativa para a sua propositura.
- 99** Não se admite a conexão e a continência entre ações civis públicas promovidas na Justiça Estadual e na Federal.
- 100** Em ação civil pública proposta por associação, na condição de substituta processual de consumidores, a legitimidade de eventuais beneficiados pela procedência do pedido para execução da sentença coletiva não depende da comprovação do momento de filiação à entidade.

Direito Processual Civil

Cristiny Rocha

- 101** Conforme entendimento do STJ, é indevida a majoração dos honorários recursais em recurso da parte vencedora para ampliar a condenação, ainda que tal recurso seja desprovido.
- 102** Conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, as vítimas de evento danoso possuem legitimidade para executar individualmente o Termo de Ajustamento de Conduta firmado por ente público que verse sobre direitos individuais homogêneos.
- 103** De acordo com as disposições do CPC e jurisprudência do STJ, pode-se afirmar que é indispensável, para preservar a reserva financeira essencial à proteção do mínimo existencial do executado e de sua família, os depósitos em caderneta de poupança com valor de quarenta salários mínimos, mas não se insere nessa concepção qualquer outro tipo de aplicação financeira.
- 104** O STJ já entendeu que é prescindível o esgotamento dos meios executivos típicos para a utilização do sistema Central Nacional de Indisponibilidade de Bens (CNIB) como medida executiva atípica.

Julgue o item a seguir acerca da atuação da Defensoria Pública no processo civil.

- 105** Conforme entendimento do STJ e disposições do Código de Processo Civil a Defensoria Pública, no exercício da função de curadoria especial, faz jus à verba decorrente da condenação ao pagamento de honorários sucumbenciais caso o seu assistido sagre-se vencedor na demanda.
- 106** Conforme entendimento do STJ o advogado de núcleo de prática jurídica, quando designado para patrocinar causa de juridicamente necessitado ou de réu revel, ante a impossibilidade de a prestação do serviço ser realizada pela Defensoria Pública, não possui direito aos honorários remuneratórios fixados pelo juiz, pois tal verba desse ser destinada aos fundos da Defensoria.

Acerca dos prazos processuais e preclusão temporal, analise a assertiva seguinte:

- 107** A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que o pedido de devolução do prazo por motivo de doença do advogado somente pode constituir justa causa se ele for o único procurador constituído nos autos. Logo, a doença que acomete o advogado somente pode constituir justa causa para autorizar a interposição tardia de recurso se, sendo o único procurador da parte, estiver o advogado totalmente impossibilitado de exercer a profissão ou de substabelecer o mandato a colega seu para recorrer da decisão.
- 108** Conforme disposições do Código de Processo Civil, a tramitação prioritária de processos independe de deferimento pelo órgão jurisdicional e deverá ser imediatamente concedida diante da prova da condição de beneficiário.

Analise a afirmação a seguir:

- 109** Quando, a requerimento de pessoa jurídica de direito público interessada ou do Ministério Público e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas, cabe ao vice-presidente do tribunal ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso suspender, em decisão fundamentada, a execução da liminar e da sentença.
- 110** Se o órgão do Ministério Público, esgotadas todas as diligências, se convencer da inexistência de fundamento para a propositura da ação civil pública, promoverá o arquivamento dos autos do inquérito civil ou das peças informativas, fazendo-o fundamentadamente, sendo os autos do inquérito civil ou das peças de informação arquivadas remetidos e 5 dias ao Conselho Superior do Ministério Público.

Direito Penal

Douglas Vargas

- 111** Decorre do princípio da intervenção mínima a premissa de que só se deve recorrer ao Direito Penal quando os outros ramos do direito não são suficientes para realizar o controle social do comportamento ilícito que se planeja inibir.
- 112** A lei penal temporária constitui exceção à regra geral da lei penal no tempo, pois, mesmo revogada, pode ser aplicada aos fatos praticados durante sua vigência.
- 113** Em razão da soberania de cada país, não se vislumbra a aplicação do direito penal pátrio a crime praticado fora do Brasil.
- 114** Em razão da forma com que a lei penal deve ser editada, e da autonomia de cada tipo penal em relação aos demais, não se vislumbra, em sede de lei criminal nacional, a ocorrência dos chamados “conflitos aparentes”. Os conflitos aparentes, conforme narrada a doutrina, sempre derivam de incompatibilidades entre a lei penal pátria e os tratados e normas internacionais.
- 115** Em respeito à doutrina penal majoritária, não há culpabilidade nem tipicidade sem ilicitude, pois da antijuridicidade derivam os demais elementos do conceito analítico de crime.
- 116** São elementos da culpabilidade a conduta, a imputabilidade e a potencial consciência da ilicitude.
- 117** Usar de violência ou grave ameaça, com o fim de favorecer interesse próprio ou alheio, contra autoridade, parte, ou qualquer outra pessoa que funciona ou é chamada a intervir em processo judicial, policial ou administrativo, ou em juízo arbitral constitui crime de coação no curso do processo, o qual não possui forma qualificada nem culposa.

- 118** Promover ou facilitar a fuga de pessoa legalmente presa ou submetida a medida de segurança detentiva constitui o crime nomeado pelo legislador como arrebatamento de preso. O delito não possui forma culposa.
- 119** Constitui crime de desobediência a conduta de exercer função, atividade, direito, autoridade ou múnus, de que foi suspenso ou privado por decisão judicial.
- 120** Incorre nas mesmas penas do crime de descaminho aquele que pratica navegação de cabotagem, fora dos casos permitidos em lei.

Redação Discursiva

Rafael de Oliveira

Eleições 2024: até quando vai a campanha e a propaganda eleitoral em 2024?

Campanhas de ruas e na internet podem ocorrer até a véspera do dia da votação, em 6 de outubro. Já o horário eleitoral na TV e no rádio termina nesta quinta, 3

Todos os candidatos a prefeito e vereador dos **5.568 municípios brasileiros** e seus partidos políticos têm até este sábado, 5, para a realização de suas campanhas eleitorais.

Pelos próximos cinco dias, estão autorizadas **publicidades** e manifestações com pedido explícito de voto em atos de campanha, reuniões, assim como em materiais panfletários, santinhos e **redes sociais**, que devem ser encerradas às vésperas do primeiro turno, no domingo, **6 de outubro**.

Fonte: <https://exame.com/brasil/eleicoes-2024-ate-quando-vai-a-campanha-e-a-propaganda-eleitoral-em-2024/>

Sobre o tema acima, responda aos temas abaixo citados:

- 1 Conceitue propaganda política. Quais são as modalidades?
- 2 É possível veiculação de propaganda eleitoral em bens públicos ou particulares?
- 3 É possível a utilização de inteligência artificial?

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

ASSINATURA ILIMITADA 9.0

Mude de vida. Garanta seu futuro com a melhor plataforma de estudos para concurso público.

A realização do seu sonho merece um investimento de qualidade. Não desperdice tempo, dinheiro e energia. Invista no seu sucesso, no seu futuro e na sua realização profissional. Assine **AGORA** a melhor e mais completa plataforma de ensino para concursos públicos. Sua nomeação na palma da sua mão com a **Assinatura Ilimitada 9.0** do Gran Cursos Online.



FACILITE SEUS ESTUDOS:

rotas de aprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.



TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:

faça o download de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.



VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:

mentorias diárias, ao vivo, e fórum de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.



TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUISER:

quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.



NÚMEROS GRANDES:

milhares de alunos aprovados, mais de 2,8 milhões de questões, mais de 35 mil cursos e centenas de professores para te ajudar a passar.




TUDO NA SUA MÃO:

só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.

 Quero ser assinante ilimitado agora